2.º Que no porto dos Anjos, na ilha de Santa Maria, seja criado um posto fiscal habilitado a despachar;

3.º Que no sítio do Castelo, na mesma ilha de Santa Maria, seja criado um posto fiscal habilitado a cobrar imposto de pescado;

4.º Que os postos fiscais do Aeroporto de Santa Maria, dos Anjos e do Castelo fiquem pertencendo à secção fiscal de Vila do Porto, da companhia n.º 2 da guarda fiscal, de Ponta Delgada;

5.º Que, sob a rubrica «Alfândega de Ponta Delgada», sejam alterados nesta conformidade os mapas I e II anexos à Reforma Aduaneira, aprovada pelo decreto-lei n.º 31:665, de 22 de Novembro de 1941.

Ministério das Finanças, 11 de Dezembro de 1946.— O Ministro das Finanças, *João Pinto da Costa Leite*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que S. Ex.ª o Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, por despacho de 3 do corrente, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, autorizou as seguintes transferências de verbas dentro do orçamento deste Ministério em vigor no corrente ano económico:

CAPÍTULO 3.º

Artigo 11.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»:

Da alínea b) «Pessoal do quadro privativo da Secretaria de Estado» para a alínea a) «Pessoal do quadro diplomático e consular» 3.600\$00

CAPÍTULO 4.º

Artigo 32.º, n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei»:

Da alínea c) «Pessoal do quadro privativo da Secretaria de Estado» para a alínea a) «Pessoal do quadro diplomático e consular» 3.600\$00

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 3 de Dezembro de 1946.— O Chefe da Repartição, *Marcelino Severiano Navarro*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Porto de Lisboa

Por deliberação do conselho de administração de 4 do corrente, e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço das seguintes verbas:

Despesas com o pessoal:

Artigo 1.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

4) Pessoal destacado de outros serviços do Estado:
Polícia de segurança pública 60.000\$00

6) Pessoal assalariado:

b) Dos serviços administrativos e de exploração terrestre e marítima . . . 130.000\$00
190.000\$00

a saírem de:

Artigo 1.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei:

b) Quadro administrativo 90.000\$00

3) Pessoal contratado não pertencente aos quadros:

b) Dos serviços administrativos e de exploração terrestre e marítima . . . 50.000\$00

6) Pessoal assalariado:

a) Dos serviços de engenharia 50.000\$00
190.000\$00

da mesma classe do orçamento de despesa privativo desta Administração Geral em vigor no actual ano económico.

Administração Geral do Porto de Lisboa, 6 de Dezembro de 1946.— O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, so publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seus despachos de 3 do corrente, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, as transferências de verba seguintes no capítulo 3.º do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o actual ano económico:

Do n.º 2) para o n.º 1) do artigo 211.º 16.970\$00
Do n.º 1) para o n.º 2) do artigo 420.º 1.000\$00

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 5 de Dezembro de 1946.— O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, por seu despacho de 3 de Dezembro de 1946, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da verba de 200\$ do n.º 2) para o n.º 1) do artigo 851.º, capítulo 6.º, do orçamento deste Ministério para o ano económico corrente, em relação à Direcção do Distrito Escolar de Castelo Branco.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 5 de Dezembro de 1946.— O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.